

# Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs

► Maria da Glória Gohn \*

---

## Resumo

O trabalho objetiva realizar um balanço nas últimas décadas do processo de participação da sociedade civil na construção da cidadania dos brasileiros, em especial entre os setores populares via movimentos sociais, ONGs e outras formas de associativismo como os fóruns e as plenárias populares e os conselhos de gestão pública. Como resultado apresenta-se, os traços básicos de um novo associativismo demarcando-se diferenças no universo das ONGs. O texto retrata o cenário atual dos principais formas de mobilização social no Brasil.

**Palavras-chave:** Sociedade Civil. Mobilizações. Movimentos Sociais. ONGs. Associativismo.

## 1. Movimentos Sociais no Brasil: Características das Manifestações na Atualidade

Neste novo milênio os movimentos sociais estão retornando à cena e à mídia. Neles destacam-se quatro pontos: 1<sup>o</sup>- as lutas de defesa das culturas locais, contra os efeitos devastadores da globalização. Eles estão ajudando na construção de um novo padrão civilizatório orientado para o ser humano e não para o mercado como querem as políticas neoliberais de caráter excludente. Com isso outro papel importante deve ser destacado nos movimentos sociais atuais: o resgate que eles estão operando quanto ao caráter e sentido das coisas públicas - espaços, instituições, políticas etc. 2<sup>o</sup>- Ao reivindicarem ética na política e, ao mesmo tempo, exercerem vigilância sobre a atuação estatal/governamental, eles orientam a atenção da população para o que deveria ser dela e está sendo desviado, para o tratamento particular que supostamente estaria sendo dado a algo que é um bem público, como os impostos arrecadados da população estariam sendo mal gerenciados etc. 3<sup>o</sup>- Os movimentos sociais têm coberto áreas do cotidiano de difícil penetração por outras entidades ou instituições do tipo

---

\* Pós-Doutora em Sociologia, New School for Social Research-New York/EUA; Doutora em Ciência Política, Universidade de São Paulo-USP; Professora Titular, Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP; E-mail: mgohn@uol.com.br.

partidos políticos, sindicatos ou igrejas. Assim, aspectos da subjetividade das pessoas, relativos a sexo, crenças, valores etc. tem encontrado vias de manifestação porque o grau de tolerância é alto na maioria dos movimentos sociais. Mas, não podemos deixar de lado ou ignorarmos, que intolerância também existe e ela tem estado presente em movimentos fanático/religiosos ou no ressurgimento de movimentos nacionalistas, com suas ideologias não democráticas, geradoras de ódios e guerras.

4º- Os movimentos sociais construíram um entendimento sobre a questão da autonomia diferente do que existia nos anos 80. Autonomia não é ser contra tudo e todos, estar isolado ou de costas para o Estado, atuando à margem do instituído; ter autonomia é, fundamentalmente, ter projetos e pensar os interesses dos grupos envolvidos com autodeterminação; é ter planejamento estratégico em termos de metas e programas; é ter a crítica, mas também a proposta de resolução para o conflito que está envolvido; é ser flexível para incorporar os que ainda não participam, mas tem o desejo de participar, de mudar as coisas e os acontecimentos da forma como estão; é tentar sempre dar universalidade às demandas particulares, fazer política vencendo os desafios dos localismos; ter autonomia é priorizar a cidadania: construindo-a onde não existe, resgatando-a onde foi corrompida. Finalmente, ter autonomia é ter pessoal capacitado para representar os movimentos nas negociações, nos fóruns de debates, nas parcerias de políticas públicas (por isso é grande o número de militantes/assessores de movimentos, advindos de ONGs, que tem adentrado aos programas de Pós Graduação da academia. Resulta também que vários participantes de movimentos sociais, depois de qualificados, tornam-se professores universitários e voltam-se inteiramente para a academia - ficando o movimento apenas como “objeto” de estudo e pesquisas. As ONGs permanecem como estágios laboratoriais de iniciação participativa estando sempre compostas, majoritariamente, por iniciantes.

## **2. Novas formas de associativismo e novos conceitos a partir dos anos de 1990**

O associativismo predominante nos anos 90 não deriva de processos de mobilização de massa, mas de processos de mobilizações pontuais. Qual a grande diferença? No primeiro caso, a mobilização se faz a partir de núcleos de militantes que se dedicam a uma causa seguindo as diretrizes de uma organização. No segundo, a mobilização se faz

a partir do atendimento a um apelo feito por alguma entidade plural, fundamentada em objetivos humanitários. Pode ser uma organização internacional (Anistia, Greenpeace), nacional (Campanha contra a Fome) ou local. Mas em todos os casos é no local que se desenvolvem as formas de mobilização e sociabilidade. Este tipo de associativismo não demanda dos indivíduos obrigações e deveres permanentes para com uma organização. E a mobilização se efetua independentemente de laços anteriores de pertencimento, o que não ocorre com o associativismo de militância político-ideológica. Em suma, o associativismo nos anos de 1990 passou a ser mais propositivo, operativo e menos reivindicativo - produzindo menos mobilizações ou grandes manifestações, é mais estratégico. O conceito básico que dá fundamento às ações desse novo associativismo é o de Participação Cidadã. É importante destacarmos algumas características deste conceito porque ele fundamentou várias práticas civis que se desenrolaram no interior de estruturas estatais ao longo da primeira década do novo século. Elas esclarecem a ênfase que passou a ser dada a participação institucionalizada, normatizada, que apresentou claros sinais de esgotamento no início da década que vivemos (2010 em diante) e ajudam a compreender o retorno das manifestações civis nas ruas, em Junho de 2013.

Na Participação Cidadã a categoria central deixa de ser a comunidade ou o povo e passa a ser a sociedade. “A participação pretendida não é mais a de grupos excluídos por disfunção do sistema (comunidades) nem a de grupos excluídos pela lógica do sistema (povo marginalizado), e sim a do conjunto de indivíduos e grupos sociais, cuja diversidade de interesses e projetos integra a cidadania e disputa com igual legitimidade espaço e atendimento pelo aparelho estatal” (CARVALHO, 1995, p. 25). Trata-se de práticas que rompem com uma tradição de distanciamento entre a esfera onde as decisões são tomadas e os locais onde ocorre a participação da população. O conceito de Participação Cidadã está lastreado na universalização dos direitos sociais, na ampliação do conceito de cidadania e numa nova compreensão sobre o papel e o caráter do Estado, remetendo a definição das prioridades nas políticas públicas a partir de um debate público. A participação passa a ser concebida como intervenção social periódica e planejada, ao longo de todo o circuito de formulação e implementação de uma política pública, porque toda a ênfase passa a ser dada nas políticas públicas.

Portanto, não será apenas a sociedade civil a grande dinamizadora dos canais de participação, mas as políticas públicas também têm papel importante. A principal característica deste tipo de participação é a tendência à institucionalização, entendida como inclusão no arcabouço jurídico institucional do Estado, a partir de estruturas de representação criadas, compostas por representantes eleitos diretamente pela sociedade de onde eles provem. Os conselhos gestores, a serem tratados adiante, são os maiores exemplos. Isto implica na existência do confronto (que se supõe democrático) entre diferentes posições político-ideológicas e projetos sociais. Todas as demandas são, em princípio, tidas como legítimas. Os novos sujeitos políticos se constroem por meio de interpelações recíprocas.

A Participação Cidadã é lastreada num conceito amplo de cidadania, que não se restringe ao direito ao voto mais ao direito à vida do ser humano como um todo. Por detrás dele há outro conceito, de cultura cidadã, fundado em valores éticos universais, impessoais. A Participação Cidadã funda-se também numa concepção democrática radical que objetiva fortalecer a sociedade civil no sentido de construir ou apontar caminhos para uma nova realidade social sem desigualdades, exclusões de qualquer natureza. Busca-se a igualdade, mas reconhece-se a diversidade cultural. Há um novo projeto emancipatório e civilizatório por detrás dessa concepção que tem como horizonte a construção de uma sociedade democrática e sem injustiças sociais.

A Participação Cidadã envolve direitos e deveres (diferentemente da concepção neoliberal de cidadania que exclui os direitos e só destaca os deveres, vendo o cidadão como um mero cliente de um mercado ou um usuário de um serviço prestado); os deveres, na perspectiva cidadã, articula-se à ideia de civilidade, a concepção republicana de cidadão.

A sociedade civil organizada é vista como parceira permanente na Participação Cidadã. A chamada “comunidade” é tratada como um sujeito ativo, e não como coadjuvante de programas definidos de cima para baixo. A participação passa a ser concebida como uma intervenção social periódica e planejada, ao longo de todo circuito de formulação e implementação de uma política pública. Para que venha a ocorrer a Participação Cidadã, os sujeitos de uma localidade/comunidade precisam estar organizados/mobilizados de uma forma que, ideários múltiplos fragmentados possam

ser articulados. Uma sociedade civil participativa, autônoma, com seus direitos de cidadania conquistados, respeitados, e exercidos em várias dimensões, exige também vontade política dos governantes, principalmente daqueles que foram eleitos como representantes do povo, pois se trata de uma tarefa que não é apenas dos cidadãos isolados. Na luta pela igualdade, a sociedade deve se organizar politicamente para acabar com as distorções do mercado (e não apenas corrigir suas iniquidades), lutar para coibir os desmandos dos políticos e administradores inescrupulosos. A exigência de uma democracia participativa deve combinar lutas sociais com lutas institucionais e a área da educação é um grande espaço para essas ações, via a participação em conselhos, fóruns e, no novo século, em conferências nacionais. Consideramos estes últimos como parte de um novo modo de gestão dos negócios públicos- que foi reivindicado pelos próprios movimentos sociais nos anos 80, quando eles lutaram pela democratização dos órgãos e aparelhos estatais-; eles fazem parte de um novo modelo de desenvolvimento que está sendo implementado em todo o mundo - da gestão pública estatal via parcerias com a sociedade civil organizada objetivando a formulação e o controle de políticas sociais; eles representam a possibilidade da institucionalização da participação via uma de sua forma de expressão- a cogestão; a possibilidade de desenvolvimento de um espaço público que não se resume e não se confunde com o espaço governamental/estatal; e, finalmente, a possibilidade da sociedade civil intervir na gestão pública via parcerias com o Estado. Os conselhos ampliam o espaço público, sendo ainda agentes de mediação dos conflitos. Como tal, carregam contradições e contraditoriedades. Podem alavancar o processo de participação de grupos organizados como podem estagnar o sentimento de pertencimento de outros- se monopolizados por indivíduos que não representem de fato as comunidades que os indicaram/elegeram. Eles não substituem os movimentos de pressão organizada de massas, que ainda são sempre necessários para que as próprias políticas públicas ganhem agilidade.

Registre-se ainda que, a nova política estatal de distribuição e gestão dos fundos públicos, em parceria com a sociedade organizada, predominante a partir do final dos anos de 1990, favoreceu os projetos focalizados, pontualizados, dirigidos às crianças, jovens, mulheres etc. A palavra de ordem destes projetos e programas passaram a ser: ser propositivo e não apenas reivindicativo, ser ativo e não apenas um passivo

reivindicante. Muitos movimentos sociais se transformaram em ONGs ou se incorporaram às ONGs que já os apoiavam. A atuação por projetos exige resultados e tem prazos. Criou-se uma nova gramática onde mobilizar deixou de ser para o desenvolvimento de uma consciência crítica ou para protestar nas ruas. Mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas e projetos sociais. O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais.

Destaca-se ainda, a partir dos anos 90, a construção de outros novos conceitos que contribuíram para o arcabouço das políticas de participação institucionalizada como o de uma cidadania planetária, sustentabilidade democrática, etc. (SANTOS, 2000; SCHERER-WARREM, 1999; GOHN, 2013a, 2013b, 2012, 2011). Essas abordagens preconizam que se devem respeitar as diferenças culturais - os valores, hábitos e comportamentos, de grupos e indivíduos, pertencentes a uma sociedade globalizada pela economia e pelas múltiplas interações mediáticas dadas pela TV, Internet e outros. Políticas para grupos afros, povos indígenas, mulheres, adolescentes etc. No novo século, novos conceitos e categorias serão construídas ou retomadas de forma renovada como rede social, multidão, indignação etc. Eles são fundamentais para compreender o retorno das manifestações nas ruas na década em curso. Retomaremos estes aspectos no último item deste artigo. A seguir focalizaremos as ONGs- componente central no associativismo brasileiro dos anos de 1990-2010.

### **3. Características das ONGs e a complexidade do Terceiro Setor**

Nos anos 70/80 as ONGs eram instituições de apoio aos movimentos sociais e populares, estavam por detrás deles na luta contra o regime militar e pela democratização do país. Ajudaram a construir um campo democrático popular. Nesta fase as ONGs se preocupavam em fortalecer a representatividade das organizações populares, ajudava a própria organização se estruturar, muitas delas trabalhava numa linha de conscientização dos grupos organizados. Não se tratava de um tipo qualquer de ONG mas das ONGs cidadãs, movimentalistas, militantes. A face movimentalista encobria, nas próprias ONGs, sua outra face, produtiva, geradora de inovações no campo de alternativas às necessidades e demandas sociais.

No início dos anos 90 o cenário da organização da sociedade civil se amplia e diversifica-se. Surgem entidades autodenominadas como terceiro setor (mais articuladas às empresas e fundações), ao lado das ONGs cidadãs, militantes propriamente ditas, com perfil ideológico e projeto político definidos. Essas últimas saem da sombra, colocam-se à frente e até mesmo na dianteira dos movimentos, tornando-se, em alguns casos, instituições autônomas e desvinculadas dos movimentos. Na segunda metade dos anos 90, a conjuntura econômica alterou ainda mais a dinâmica dos movimentos sociais em geral, e dos populares em particular, assim como das ONGs que repensaram seus planos, planejamentos de ação, estratégias e forma de atuar, elaboração de planejamentos estratégicos etc. Novas pautas foram introduzidas tais como a de se trabalhar com os excluídos sobre questões de gênero, etnia, idades etc. Os novos tempos, de desemprego e aumento da violência urbana, assim como o crescimento de redes de poder paralelos nas regiões pobres, ligada ao narcotráfico de drogas e outros, também colaboraram, e muito, para desmotivar a população necessitada para participar de reuniões ou outras atividades dos movimentos e aderirem aos programas e projetos das ONGs. Um grande número de projetos sociais passa a ser patrocinado por empresas e bancos, dentro de programas de responsabilidade social, no âmbito da cidadania corporativa.

As ONGs são a face a mais visível do Terceiro Setor, mas elas são apenas uma das frentes de ações coletivas que o compõe. E as próprias ONGs são também muito diferentes entre si, quanto aos seus objetivos, projetos, formas de atuação e ação coletiva, paradigmas e estilo de participação que adotam; e, fundamentalmente, pressupostos político-ideológicos que alicerçam suas práticas (tanto as discursivas e como as ações concretas). Neste paper procuramos demarcar as diferenças entre dois tipos de ONGs nos anos 90: as ONGs oriundas ou herdeiras da cultura participativa, identitária e autônoma dos anos 70/80, a qual denominaremos de militantes; e as ONGs propositivas, que atuam segundo ações estratégicas, utilizando-se de lógicas instrumentais, racional e mercadológica.

No Brasil, nos anos 70-80, as ONGs militantes estiveram por detrás da maioria dos movimentos sociais populares urbanos que geraram um cenário de grande participação da sociedade civil, trazendo para a cena pública novos personagens, contribuindo

decisivamente para a queda do regime militar e para a transição democrática no país. Elas contribuíram para a reconstrução do conceito de “sociedade civil” e para a inovação das lutas sociais inscrevendo como sujeitos de direitos categorias até então esquecidas, criando um novo campo ético-político e cultural por meio das ações coletivas desenvolvidas em espaços alternativos de expressão da cidadania.

As ONGs militantes fundamentaram suas ações na conquista de diversos tipos de direitos, lutaram pela igualdade com justiça social, ajudaram a criar o “discurso da participação popular “como uma necessidade e um componente à democracia””. Suas características eram similares aos movimentos populares: enraizamento na sociedade, participação mística estimulada por ícones emblemáticos (como a cruz), crítica e rebeldia, disciplina organizativa, formas de luta social priorizando os espaços na sociedade civil, pouca relação e interlocução com órgãos públicos institucionalizados, e uso recorrente de práticas de desobediência civil, ou práticas não circunscritas à legalidade instituída.

Deve-se destacar ainda que uma nova cultura política que foi construída a partir daquela herança, em relação ao espaço público e aos temas de interesse coletivo como, meio ambiente, saúde, lazer etc., ou temas de interesse de coletivos específicos como os portadores de deficiência física, mental, do vírus da AIDS etc. Ou seja, as ONGs cidadãs/militantes, junto com os movimentos sociais reivindicatórios dos anos 80, construíram um conjunto de práticas que se traduzem numa cultura de cidadania, algo novo num país de tradição centralizadora, autoritária, patrimonialista e clientelística. Suas ações abriram espaços que demarcaram novos “lugares” para a ação política, especialmente ao nível do poder local e no meio urbano, na gestão das cidades.

Paulo Freire (1995) afirmou que:

Quando falamos em nova cultura política, estamos supondo que exista uma velha. Isso obriga-nos a refletir sobre como se constitui o novo. Ele recorda que toda novidade nasce no corpo de uma ex-novidade, que começou a envelhecer. E as novidades não surgem por decreto, pois há uma interligação entre as coisas que vão ficando velhas e as coisas que vão nascendo. (FREIRE, 1995, p. 71).

Em nosso caso, a questão a ser pesquisada é quanto a herança daquela cultura política no cenário dos anos 90.

Nos anos 80, apesar das ONGs serem, em sua grande maioria, contra o Estado, elas contribuíram para a criação de espaços de interlocução entre o Estado e a sociedade civil. Ao final daquela década as ONGs militantes passaram a enfrentar um dilema: participar ou não das novas políticas sociais estimuladas pelo Estado. O processo Constituinte e a promulgação da nova Constituição brasileira em 1988 representou um divisor de águas, o grande momento de inflexão e de ruptura com a tradição até então predominante: ser contra o Estado. Uma nova concepção de participação iniciou sua construção, unindo a democracia direta à democracia representativa. Tratava-se de participar de um novo momento político que era a definição das formas de gestão dos equipamentos e serviços, a definição e implantação das Leis Estaduais e Municipais, a construção dos diferentes Conselhos e Câmaras de interlocução do Estado com a sociedade. Participar da gestão dos direitos em suma. Não se contentar em estar incluído na lei, via um direito adquirido, mas lutar para sua operacionalização e gestão.

O Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, a Reforma Sanitária que levou a criação do SUS- Sistema Único de Saúde, a luta pela Reforma Urbana, as Câmaras Setoriais da Construção Civil, as Câmaras dos Usuários do Sistema de Transportes Coletivos, as Câmaras setoriais tripartites na indústria automobilística, as experiências de Orçamento Participativo em diferentes cidades brasileiras, os diferentes conselhos gestores de políticas de habitação, dos direitos da mulher, das pessoas portadoras de deficiências, dos idosos, das escolas, e outras formas de colegiados e estruturas de mediação entre o Estado e a sociedade civil, são exemplos vivos da conquista e da força daquela participação organizada. Trata-se de espaços de negociação e de equacionamento de conflitos de interesses, numa gestão democrática, geradora de uma cultura participativa nova na sociedade brasileira.

As ONGs militantes tornaram-se, nos anos 90, minoritárias no universo das ações coletivas desenvolvidas nos espaços públicos sem fins lucrativos. Embora elas participem de atividades e eventos conjuntos com as novas ONGs “terceiro-setoristas”, elas têm origens e matrizes discursivas nos movimentos populares de base da Igreja, dos anos 70/80, no novo sindicalismo dos anos 70, e na nova esquerda que deu origem ao Partido dos Trabalhadores e outras alas progressistas de alguns partidos políticos.

O ponto crucial que determinou a mudança no tipo predominante de associativismo nos anos 90, e a crise de identidade e revisão do campo de atuação das ONGs militantes foi o surgimento e/ou reorganização de outras redes associativistas – como a das novas ONGs do Terceiro Setor (que não querem ser chamadas e nem confundidas com as antigas ONGs, autodenominam-se simplesmente como Terceiro Setor); e as mudanças nas políticas sociais dos Estados nacionais, decorrentes da implantação de um novo modelo de desenvolvimento, de desconcentração de várias atividades estatais na área social, levando à desativação da atuação direta e transferência da operacionalização de vários serviços para o setor privado sem fins lucrativos etc.

As novas ONGs do Terceiro Setor não têm perfil ideológico definido, falam em nome de um pluralismo, defendem as políticas de parcerias entre o setor público com as entidades privadas sem fins lucrativos e o alargamento do espaço público não estatal. A maioria delas foi criada nos anos 90 e não tem movimentos ou associações comunitárias militantes por detrás. Muitas delas surgiram pela iniciativa de empresários e grupos econômicos e seu discurso é muito próximo das agências financeiras internacionais; outras surgiram por iniciativas de personalidades do mundo artístico e esportivo.

Enquanto organizações/empresas que atuam na área da cidadania social, o Terceiro Setor incorpora critérios da economia de mercado do capitalismo para a busca de qualidade e eficácia de suas ações, atua segundo estratégias de marketing e utiliza a mídia para divulgar suas ações e desenvolver uma cultura política favorável ao trabalho voluntário nesses projetos. Usam a racionalidade instrumental empírica, voltada para a conquista de objetivos imediatos.

A atuação do Terceiro Setor tem gerado um universo contraditório de ações coletivas: de um lado elas reforçam as políticas sociais compensatórias ao intermediarem as ações assistenciais do governo; mas de outro lado, elas atuam em espaços associativos geradores de solidariedade e que exercem um papel educativo junto à população, aumentando sua consciência quanto aos problemas sociais e políticos da realidade.

Se rememorarmos o famoso debate que ocorreu nos anos 80, nos Estados Unidos e na Europa, sobre o significado e o sentido dos movimentos e ações coletivas dos anos 60/70 e 80, que resultou em duas posições: os defensores da tese de que os

movimentos eram ações estratégicas de determinados grupos sociais (MCADAM; MCCARTHY; ZALD, 1996; MORRIS; MUELLER, 1992), versus os que postulavam a tese de que os movimentos eram lutas e ações para a construção de novas identidades; sociais, culturais e políticas, a exemplo de Melucci (1996), Cohen e Arato (1992) e Touraine (1997) observamos que, nos anos 90 no Brasil, houve na realidade uma fusão dos dois sentidos, com certo predomínio das ações estratégicas. As próprias alas progressistas das ONGs afirmam, atualmente, que já não bastam princípios gerais e boas análises da sociedade. É necessário boas análises para armar estratégias políticas viáveis segundo a correlação de forças políticas presentes na conjuntura.

#### **4. Novíssimos Movimentos Sociais: Manifestações, Marchas e Mobilizações na Atualidade.**

Na atualidade, as mobilizações civis se reinventam porque a conjuntura sociopolítica, econômica, cultural e tecnológica, é outra. Predominam manifestações, marchas e ocupações que negam a política e o comportamento antiético de muitos políticos. Elas são diferentes dos anos 1990, mas elas são, ao mesmo tempo, fruto de conjunturas econômicas e políticas estruturadas naquela década, com a globalização, criando uma geração ampliada de excluídos. Aos excluídos pela pobreza agregaram-se os excluídos pelas novas regras da divisão internacional do trabalho, no acesso ao emprego mercado de trabalho, especialmente aos jovens; limitando-lhes também o acesso ao mundo do consumo.

Manifestações, marchas e ocupações na atualidade são promovidas por coletivos organizados que estruturam, convocam/convidam e organizam-se *On Line*, via redes sociais. O perfil dos participantes alterou-se, da condição de militante para a de ativista. As “marchas” tornaram-se o modelo básico do protesto. A participação nos eventos acontece via agregação *ad hoc*. De simpatizantes da causa, os sujeitos que atendem as chamadas para os atos de protesto poderão se tornar ativistas de um novo movimento social. A sensibilização primeira é a uma causa, vista como um problema social quer seja a corrupção de políticos, a ganância de banqueiros, o preconceito contra gays etc. As manifestações, os atos, são o chamariz, que poderão se transformar em motivação prioritária na vida dos sujeitos mobilizados.

Em Junho de 2013 ocorreu em 12 capitais brasileiras, e em várias outras cidades de médio, uma onda de manifestações populares que reuniu mais de um milhão de pessoas, com similares em apenas em três momentos da história do país: em 1992, no impeachment do ex-presidente Collor de Melo; em 1984, no movimento Diretas Já, no período do regime militar, em luta pelo retorno à democracia; e nos anos de 1960, nas greves e paralizações pré- golpe militar de 1964, e nas passeatas estudantis de 68. Os protestos rapidamente se espalharam e se transformaram em revolta popular de massa. Os movimentos foram denominados pela mídia e outros como "manifestações". De fato eles foram, na maioria das vezes, manifestações que expressam estados de indignação face à conjuntura política nacional. As mobilizações adquiriram, nestes eventos, caráter de movimento de massa, de protesto, revolta coletiva. Sabe-se que elas foram desencadeadas em São Paulo por coletivos organizados com o predomínio do MPL- Movimento Passe Livre, a partir de uma demanda pontual - contra o aumento da tarifa dos transportes coletivos. O crescimento das manifestações levou a ampliação das demandas com um foco central: a má qualidade dos serviços públicos, especialmente: transportes, saúde, educação e segurança pública. As manifestações fazem parte de uma nova forma de movimento social composta predominantemente por jovens, escolarizados, predominância de camadas médias, conectados por e em redes digitais, organizados horizontalmente e de forma autônoma, e críticos das formas tradicionais da política tais na atualidade

-especialmente os partidos e os sindicatos. As convocações para os atos foram feitas via as redes sociais e a grande mídia contribui para a adesão da população ao noticiar a agenda, os locais e hora das manifestações. As manifestações de Junho foram uma surpresa para muitos políticos e teóricos que há muito trabalham com a hipótese de uma sociedade civil apática, individualista, egoísta, sem ação ou consciência social dos problemas mais gerais. O que se viu nas ruas são atos de protesto e indignação , vide também Castells (2013). Mas há também muita violência policial e confronto com manifestantes. O conflito está nas ruas. As manifestações tem composição social múltipla e precisa ser analisada segundo diferentes momentos. Em Junho de 2013, no Brasil, tiveram um caráter e sentido; em Julho, agosto e setembro, outro. Precisa ser vista também na sua heterogeneidade e diversidade interna.

## Conclusões

O perfil dos movimentos sociais e outras formas de mobilização civil se alteraram no novo milênio porque a conjuntura política mudou; eles redefiniram-se em função dessas mudanças. Mas eles foram também coartífices dessa nova conjuntura, pelo que ela continha de positivo-em termos de conquista de novos direitos sociais - resultado das pressões e mobilizações que os movimentos- realizaram nos anos 80. Mas os movimentos foram também vítimas dessa conjuntura- que por meio de políticas neoliberais buscou desorganizar e enfraquecer os setores organizados. Por isso, a partir dos anos 90 os movimentos sociais em geral, e os populares em especial, tiveram que abandonar as posturas mais críticas e ficarem mais ativo-propositivos. Passaram a atuar em rede e em parceria com outros atores sociais, dentro dos marcos da institucionalidade existente e não mais à margem do Estado, somente no interior da sociedade civil, como no período anterior, na fase ainda do regime militar. A nova fase gerou práticas novas, exigiu a qualificação dos militantes; ONGs e movimentos redefiniram seus laços e relações. No urbano os movimentos com matizes político-partidárias fortes se enfraqueceram, fortaleceram-se os movimentos com perfil de demandas mais universais, mais plurais em termos de composição social-como os ecologistas e pela paz. No campo a luta social os movimentos sociais com perfil de lutas de resistências cresceram e entram no novo milênio um tanto quanto desgastado, mas como parte da agenda dos conflitos sociais do país, a exemplo do MST.

O exercício de novas práticas trouxe também um conhecimento mais aprofundado sobre a política estatal, sobre os governos e suas máquinas. Demandas pela ética na política e uma nova concepção de esfera pública foram os primeiros saltos dessa aprendizagem, seguidos de uma completa rejeição pelos rumos das atuais políticas neoliberais, geradoras de desemprego e exclusão social. As redes, as parcerias entre movimentos, ONGs geram um novo movimento social: contra a globalização predominante, geradora de miséria; eles clamam - articulados com redes internacionais, pela defesa da vida com dignidade. O perfil do militante dos movimentos sociais se alterou e as teorias estão a exigir de nós explicações mais consistentes.

A partir da crise financeira de 2008 uma nova etapa das lutas sociais tem lugar em várias partes do globo. São os movimentos dos indignados contra políticas estatais,

contra as prioridades de escolhas dos dirigentes políticos e contra muitos destes políticos, que passam a ser desacreditados. No Brasil a emergência deste novo ciclo eclodiu em Junho de 2013 - embora estivesse presente pontualmente ao longo de toda a última década. Esta nova etapa se faz aliando às antigas pautas de demandas por bens e serviços públicos-como transporte, saúde, educação e segurança, a uma forte demanda pela ética, contra a corrupção. As manifestações são organizadas via redes sociais e o uso de inovações tecnológicas, das novas mídias no chamamento de grandes massas populacionais nas ruas. As vozes das ruas passaram a ser novos termômetros de demandas da sociedade civil.

### Referências

- CASTELLS, M. *Redes de Indignação e de Esperança*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2013.
- COHEN, J.; ARATO, A. *Civil society and political theory*. Cambridge: MIT Press., 1992.
- CARVALHO, M. C. *Participação social no Brasil hoje*. São Paulo: Instituto Pólis, 1995.
- FREIRE, P. A Constituição de uma nova cultura política. In: VILLAS-BOAS, R.; TELLES, V. S. *Poder local, participação popular, construção da cidadania*. São Paulo: Instituto Cajamar; Instituto Pólis; FASE; IBASE, 1995.
- GOHN, M. da G. *Sociologia dos movimentos sociais*. São Paulo: Ed Cortez, 2013a.
- \_\_\_\_\_. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo*. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013b.
- \_\_\_\_\_. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. 4 ed., São Paulo: Cortez, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 10 ed. São Paulo: Loyola Edições, 2012.
- MCADAM, D.; MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. *Comparative perspectives on social movements*. Cambridge: Cambridge Um. Press, 1996.
- MELUCCI, A. *Challenging codes*. Cambridge: Cambridge Um. Press., 1996.
- MORRIS, A. D.; MUELLER, C. M. *Frontiers in social movement theory*. New Haven, Yale: Uni. Press., 1992.
- SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente*. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

SCHERER-WARREM. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

TOURAINÉ, A. *Podremos vivir juntos?*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.

Recebido em: dd/mm/aaaa

Aceito para publicação em: dd/mm/aaaa

## **Civil Society in Brazil: social movements and NGOs**

### **Abstract**

This paper presents an analysis of the process of social participation in the construction of Brazilian civil society, considering the social movements, NGOs and others forms of association through forums, popular plenaries and the counsels of public administration. As a result, it presents a discussion of the basic characteristics of a new social activism different from those of the NGOs. The paper shows a mapping of the current social mobilization in Brazil.

**Keywords:** Civil society. Mobilizations. Social movements. NGOs. Social activism.

## **Sociedad Civil en Brasil: movimientos sociales y ongs**

### **Resumen**

El presente trabajo tiene por objeto realizar un balance de las últimas décadas del proceso de participación de la sociedad civil en la construcción de la ciudadanía de los brasileños, en particular la de los sectores populares a través de movimientos sociales, *ongs* y otras formas de asociacionismo como foros, plenarias populares y consejos de gestión pública. Como resultado de este estudio constan rasgos básicos de un nuevo asociacionismo, lo cual delimita diferencias en el universo de las *ongs*. El texto retrata el escenario actual de las principales formas de movilización social existentes en Brasil.

**Palabras clave:** Sociedad Civil. Movilizaciones. Movimientos Sociales. Ongs. Asociacionismo.